



# CETESB

## Demonstrações Financeiras

30 de Junho de 2025

### Índice

#### **Demonstrações Financeiras Individuais**

Release.....	2
Balanço Patrimonial.....	6
Demonstração do Resultado.....	7
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9
Demonstração do Resultado Abrangente .....	10
Demonstração do Valor Adicionado.....	11
Notas Explicativas.....	12
<b>Pareceres e Declarações</b>	
Relatório de Revisão das Informações Contábeis Intermediárias .....	42

# RESULTADOS 2T25



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de

SÃO PAULO  
GOVERNO DO ESTADO

Apresentamos os principais resultados econômicos e financeiros da CETESB referentes ao segundo trimestre de 2025, com os valores expressos em milhões de reais, acompanhados de comentários analíticos sobre desempenho e tendências.

## BALANÇO PATRIMONIAL

Ao final do segundo trimestre de 2025, o total de ativos da CETESB somou R\$ 349,6 milhões, refletindo uma redução de 2% em relação ao final de 2024. O Patrimônio Líquido foi de R\$ 83,7 milhões, representando uma queda de 14% em comparação ao final de 2024. Essa redução é explicada diretamente pelo prejuízo contábil de R\$ 15,2 milhões registrado no acumulado de 2025, que impactou negativamente as reservas de lucros acumulados, resultando em contração do valor patrimonial da Companhia.

O Capital Social manteve-se estável em R\$ 170,4 milhões, preservando a estrutura de capital da Companhia.

## RECEITAS

As receitas da CETESB no segundo trimestre de 2025 incluem subvenções recebidas da Fazenda do Estado, bem como aquelas originadas de atividades de poder de polícia, como licenciamento ambiental, aplicação de multas e taxas de fiscalização. Outras fontes relevantes de receita englobam a venda de serviços e produtos, que incluem análises laboratoriais, certificação de veículos, cursos oferecidos pela Escola Superior, emissão de certidões, entre outros.

Receitas (R\$ mil)	2T25	2T24	Δ Valor	Δ %
Subvenção de Custeio	8.000	35.158	(27.158)	(77%)
Licenciamento	102.076	102.184	(108)	(0%)
Multas Ambientais	53.672	13.646	40.026	293%
Taxa Fiscalização Ambiental	22.819	9.293	13.526	146%
Venda de Serviços e Produtos	3.850	3.467	383	11%
<b>Receita Bruta</b>	<b>190.417</b>	<b>163.748</b>	<b>26.669</b>	<b>16%</b>
Deduções (-)	(9.405)	(6.214)	(3.191)	51%
<b>Receita Líquida</b>	<b>181.012</b>	<b>157.534</b>	<b>23.478</b>	<b>15%</b>

Pode-se observar uma queda acentuada no repasse da Subvenção de Custeio, que totalizou apenas R\$ 8 milhões no segundo trimestre de 2025, representando uma redução de 77% em relação ao mesmo período de 2024. Essa diminuição está diretamente relacionada ao acúmulo de caixa registrado desde o final do exercício anterior, impulsionado por receitas extraordinárias provenientes de multas inscritas na dívida ativa, sendo R\$ 61 milhões recebidos em dezembro de 2024 e outros R\$ 41 milhões em

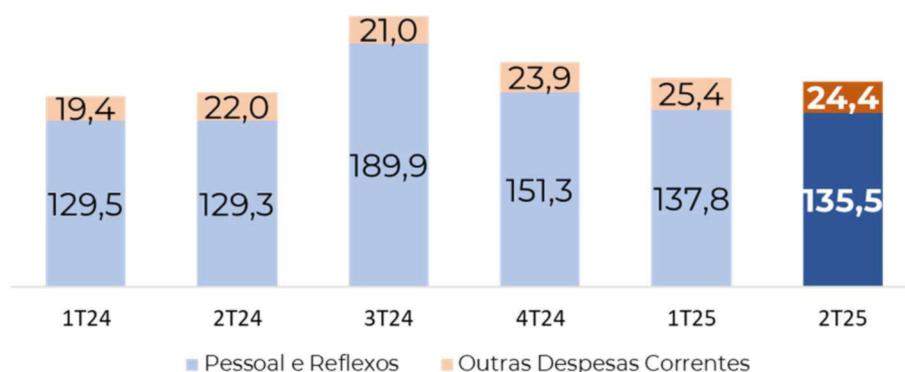


# RESULTADOS 2T25

abril de 2025. Conforme prática usual da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em situações com superávit de caixa, os repasses são realizados de forma proporcional à necessidade financeira, sendo retomados gradualmente à medida que o saldo acumulado se reduz.

## CUSTOS E DESPESAS

A Companhia conseguiu manter seus custos e despesas sob controle, embora tenha registrado variações pontuais nos últimos períodos. As outras despesas correntes totalizaram R\$ 24,4 milhões, representando um aumento de 11% em relação ao mesmo trimestre de 2024. Por outro lado, os gastos com pessoal e seus reflexos atingiram R\$ 135,5 milhões, apresentando um crescimento moderado de 5% em relação ao segundo trimestre de 2024. Comparado ao primeiro trimestre de 2025, houve uma redução de 2% nos gastos de pessoal, resultado, em grande parte, da mudança no plano de saúde corporativo, que migrou do modelo de autogestão para convênio médico, gerando maior eficiência e redução de custos. Esses resultados demonstram o esforço contínuo da Companhia em otimizar suas despesas, garantindo equilíbrio financeiro sem comprometer a qualidade dos serviços prestados.



## RESULTADO DO PERÍODO

A Companhia registrou lucro contábil de R\$ 29,1 milhões no segundo trimestre de 2025, representando um crescimento expressivo de 208% em relação ao mesmo período de 2024. Esse desempenho positivo reflete, principalmente, o rigoroso controle e a estabilidade dos custos e despesas, com destaque para o impacto de receitas extraordinárias, como a multa ambiental inscrita em dívida ativa, no valor de R\$ 41 milhões, recebida em junho de 2025.

# RESULTADOS 2T25



No acumulado do ano, a Companhia apurou prejuízo contábil de R\$ 15,2 milhões, em contraste com o lucro de R\$ 37,8 milhões registrado no primeiro semestre de 2024. Esse resultado é explicado, principalmente, pela redução expressiva no repasse da subvenção de custeio, que totalizou apenas R\$ 21,4 milhões em 2025, frente aos R\$ 66,5 milhões recebidos no mesmo período do ano anterior. A queda nos repasses está diretamente relacionada ao elevado saldo de caixa ao final de 2024, decorrente do ingresso de receita extraordinária proveniente de multas inscritas na dívida ativa.

## FLUXO DE CAIXA

Apesar do resultado contábil negativo no acumulado do ano, a posição de caixa da CETESB manteve-se robusta. O saldo final de caixa em 30/06/2025 foi de R\$ 119,5 milhões, representando um crescimento de 162% frente ao mesmo período de 2024.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do resultado negativo acumulado no primeiro semestre de 2025, o desempenho positivo do segundo trimestre demonstra sinais de recuperação e reforça a solidez financeira da CETESB. A redução no repasse da subvenção de custeio reflete uma prática recorrente da Secretaria da Fazenda, que ajusta os repasses conforme a disponibilidade de caixa da Companhia — neste caso, elevada em razão do ingresso de receitas extraordinárias provenientes de multas inscritas na dívida ativa no encerramento de 2024. A expectativa é de que os repasses sejam gradualmente retomados ao longo do exercício, à medida que o saldo de caixa se normalize.

Além disso, a Companhia tem demonstrado rigor no controle de seus custos e despesas, mantendo uma gestão eficiente dos recursos e evitando pressões adicionais sobre o resultado operacional. Esse equilíbrio contribui para a manutenção de um baixo grau de endividamento e de uma execução orçamentária responsável, assegurando a continuidade das operações e reforçando a sustentabilidade financeira da CETESB no médio e longo prazo.

# RESULTADOS 2T25

A auditoria independente, realizada pela AUDILINK & CIA. Auditores, emitiu parecer sem ressalvas, com destaque (ênfase) para a existência de contingências fiscais em discussão judicial no valor de R\$ 118 milhões, referentes a autos de infração lavrados pela Receita Federal nos exercícios de 2009, 2013, 2016 e 2017, relacionados ao Pasep, Cofins e CSLL. Estas contingências foram classificadas com o risco de perda possível e foram devidamente divulgadas em nota explicativa, conforme previsto nas normas contábeis vigentes. Adicionalmente, a auditoria reconheceu a apresentação do Demonstrativo do Valor Adicionado (DVA) como parte integrante das Demonstrações Financeiras da CETESB, em conformidade com o pronunciamento técnico aplicável.

Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de junho de 2025 e 2024

ATIVO	Nota	30.06.2025	31.12.2024	Variação	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30.06.2025	31.12.2024	Variação
<b>CIRCULANTE</b>		<b>146.172</b>	<b>143.177</b>	<b>2%</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>139.161</b>	<b>134.780</b>	<b>3%</b>
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios	4	111.732	118.036	(5%)	Fornecedores	11	13.559	7.074	92%
Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados	4	7.734	7.565	2%	Salários e Remunerações a Pagar	12	72.387	69.802	4%
Clientes e Outras Contas a Receber		1.271	816	56%	Impostos e Contribuições a Recolher	13	25.311	32.785	(23%)
Adiantamentos a Empregados	5	8.063	4.076	98%	Adiantamentos de Convênios	14	5.367	3.458	55%
Adiantamentos a Fornecedores		5.546	540	927%	Adiantamentos de Clientes		1.125	533	111%
Impostos a Recuperar	6	1.481	1.391	6%	Outras Contas a Pagar		110	103	7%
Parcelamentos a Receber	7	6.519	5.961	9%	Provisão para Contingências	15	21.254	19.791	7%
Valores a Receber - Dívida Ativa	8	900	951	(5%)	Provisão para Contribuição Social		48	1.234	(96%)
Estoques		1.041	1.077	(3%)					
Despesas Exercício Seguinte		1.885	2.764	(32%)					
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>203.464</b>	<b>215.309</b>	<b>(6%)</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>126.727</b>	<b>126.038</b>	<b>1%</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		53.951	58.500	(8%)	Impostos Reservas de Reavaliação		399	413	(3%)
Depósitos Judiciais	15	10.631	12.874	(17%)	Impostos e Contribuições a Recolher	13	24.328	27.938	(13%)
Adiantamentos a Empregados	5	807	431	87%	Adiantamentos de Convênios	14	2.367	4.106	(42%)
Parcelamentos a Receber	7	9.974	11.282	(12%)	Provisão para Contingências	15	36.480	33.871	8%
Antecipação de Dividendos	17d	7.133	7.133	0%	Provisão para Contrib. Prev.	16	63.153	59.710	6%
Valores a Receber - Dívida Ativa	8	24.202	24.605	(2%)					
Impostos a Recuperar	6	1.204	2.175	(45%)	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>83.748</b>	<b>97.668</b>	<b>(14%)</b>
INVESTIMENTO		8	8	0%	Capital Social	17a	170.377	170.377	0%
IMOBILIZADO	9	148.814	155.698	(4%)	Ações em Tesouraria (-)		(1)	(1)	0%
INTANGÍVEL	10	691	1.103	(37%)	Reservas de Reavaliação	17b	18.573	18.714	(1%)
					Prejuízos Acumulados	17c	(105.201)	(91.422)	15%
<b>TOTAL</b>		<b>349.636</b>	<b>358.486</b>	<b>(2%)</b>	<b>TOTAL</b>		<b>349.636</b>	<b>358.486</b>	<b>(2%)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - 2T25

Valores em milhares de reais



## Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de Junho de 2025 e 2024

	nota	Acumulado 01.01.2025 a 30.06.2025	Acumulado 01.01.2024 a 30.06.2024	2º Trimestre 01.04.2025 a 30.06.2025	2º Trimestre 01.04.2024 a 30.06.2024	Varição Acumulado 2024/25
<b>RECEITA DE SERVIÇOS E VENDAS</b>						
Subvenção de Custeio		21.382	66.537	8.000	35.158	(68%)
Exercício do Poder de Polícia Delegado:			-	-	-	
<i>Licenciamento</i>		195.454	183.426	102.076	102.184	7%
<i>Multas Ambientais</i>		70.629	26.702	53.672	13.646	165%
<i>Taxa de Fiscalização Ambiental</i>		22.819	9.293	22.819	9.293	146%
Venda de Serviços e Produtos		8.426	6.041	3.850	3.467	39%
Deduções		(16.477)	(11.414)	(9.405)	(6.214)	44%
<b>TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS</b>	18	<b>302.233</b>	<b>280.585</b>	<b>181.012</b>	<b>157.534</b>	<b>8%</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS E SUBVENCIONADOS</b>	19	<b>(224.684)</b>	<b>(215.686)</b>	<b>(112.476)</b>	<b>(108.409)</b>	<b>4%</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>77.549</b>	<b>64.899</b>	<b>68.536</b>	<b>49.125</b>	<b>19%</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>						
Despesas Administrativas	19	(98.423)	(84.424)	(47.456)	(42.868)	17%
Despesas/Reversão de Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		4.060	5.542	1.099	3.374	(27%)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	20	(1.308)	51.728	4.009	(172)	(103%)
		<b>(95.671)</b>	<b>(27.154)</b>	<b>(42.348)</b>	<b>(39.666)</b>	<b>252%</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS</b>		<b>(18.122)</b>	<b>37.745</b>	<b>26.188</b>	<b>9.459</b>	<b>(148%)</b>
<b>ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS</b>	21	3.001	54	2.961	(8)	5.457%
<b>LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(15.121)</b>	<b>37.799</b>	<b>29.149</b>	<b>9.451</b>	<b>(140%)</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		(48)	-	(48)	-	0%
<b>PREJUÍZO/LUCRO DO PERÍODO</b>		<b>(15.169)</b>	<b>37.799</b>	<b>29.101</b>	<b>9.451</b>	<b>(140%)</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES DE CAPITAL</b>		(R\$ 2,85)	(R\$ 6,65)	R\$ 4,95	R\$ 1,66	(57%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2T25

Valores em milhares de reais



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de

SÃO PAULO  
GOVERNO DO ESTADO

## Informações Financeiras Intermediárias - 30 de Junho de 2025 e 2024

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		30.06.2025	30.06.2024
<b>Prejuízo/Lucro do Período antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>Nota</b>	<b>(15.121)</b>	<b>37.799</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:</b>			
Provisão/Reversão Contingências Trabalhistas/Cíveis	15	8.147	(49.954)
Provisão para Contribuições Fiscais	15	625	535
Provisão para Contribuições Previdenciárias	21	3.442	4.213
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		(14.238)	(24.300)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outras		1.785	1.778
Provisão PPR-Progr.Partic.Resultados		(8.074)	(10.967)
Provisão Plano de Carreira		-	1.323
Provisão Férias/13º Salário/Licença Premio		10.540	8.815
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		(1.187)	(70)
Ajustes Exercícios Anteriores		1.234	-
Depreciação do Imobilizado	9	10.297	9.156
Baixas de Depreciação	9	107	(1.165)
Amortização do Intangível	10	412	411
Realização Reserva de Reavaliação		14	14
Saldo transferência entre contas	9	(26)	-
Ajustes Imobilizações em andamento	9	3.522	118
Baixas no Ativo Imobilizado	9	(5)	1.172
Baixas no Intangível		-	-
<b>Subtotal</b>		<b>1.474</b>	<b>(21.122)</b>
<b>Variações no Ativo Circulante e Não Circulante</b>			
Clientes e Outras Contas a Receber		(452)	166
Adiantamentos a Empregados		(4.046)	(5.227)
Adiantamentos a Fornecedores		(5.007)	709
Impostos a Recuperar		385	(60)
Parcelamentos a Receber		(859)	2.141
Valores a Receber - Dívida Ativa		14.691	24.568
Estoques		37	(313)
Despesas Exercício Seguinte		879	(69)
Depósitos Restituíveis		2.243	(2.539)
<b>Subtotal</b>		<b>7.871</b>	<b>19.376</b>
<b>Variações no Passivo Circulante e Não Circulante</b>			
Fornecedores		6.484	(4.149)
Salários e Remunerações a Pagar		127	(15)
Impostos e Contribuições a Recolher		(11.084)	(6.224)
Adiantamentos de Convênios		169	(655)
Adiantamentos de Clientes		592	538
Outras Contas a Pagar		6	(5)
Impostos Reservas de Reavaliação		(14)	(14)
Baixas Contingências Trabalhistas/Cíveis	15	(4.700)	(1.237)
<b>Subtotal</b>		<b>(8.420)</b>	<b>(11.761)</b>
IRPJ E CSLL		(48)	-
<b>Caixa Líquido gerado pelas(Aplicados nas) Atividades Operacionais</b>		<b>877</b>	<b>(13.507)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>			
Aquisição de Intangível		-	-
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	9	(7.011)	(11.179)
<b>Caixa Líquido aplicados nas Atividades de Investimentos</b>		<b>(7.011)</b>	<b>(11.179)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Recursos destinados a Aumento de Capital		-	-
Bens recebidos em Doação		-	-
<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Capital Circulante Líquido</b>		<b>(6.134)</b>	<b>(24.686)</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa		125.601	70.340
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa		119.467	45.654
<b>Varição Líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(6.134)</b>	<b>(24.686)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO -2T25

Valores em milhares de reais



## Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de Junho de 2025 e 2024

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reserva de Lucros Legal	Reservas de Lucros a Realizar	Reservas de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>170.377</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.998</b>	<b>(132.018)</b>	<b>57.356</b>
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(141)	-	(141)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	156	156
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	37.799	37.799
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024</b>	<b>170.377</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.857</b>	<b>(94.063)</b>	<b>95.170</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>170.377</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.714</b>	<b>(91.422)</b>	<b>97.668</b>
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(141)	-	(141)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	156	156
Resultado Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	1.234	1.234
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	(15.169)	(15.169)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025</b>	<b>170.377</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.573</b>	<b>(105.201)</b>	<b>83.748</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO SÃO PAULO

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE- 2T25

Valores em milhares de reais



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística Secretaria de SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

### Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de junho de 2025 e 2024

	Acumulado 01.01.2025 a 30.06.2025	Acumulado 01.01.2024 a 30.06.2024	2º Trimestre 01.04.2025 a 30.06.2025	2º Trimestre 01.04.2024 a 30.06.2024
<b>PREJUÍZO/LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	(15.169)	37.799	29.101	9.451
Realização das reservas de reavaliação	(141)	(141)	(70)	(70)
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação	156	156	78	78
Resultados de exercícios anteriores	1.234	-	1.234	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(13.920)</b>	<b>37.814</b>	<b>30.343</b>	<b>9.459</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - 2T25**

Valores em milhares de reais



Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística



## Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de junho de 2025 e 2024

	Acumulado 01.01.2025 a 30.06.2025	Acumulado 01.01.2024 a 30.06.2024	2º Trimestre 01.04.2025 a 30.06.2025	2º Trimestre 01.04.2024 a 30.06.2024
<b>1 – RECEITAS</b>	<b>317.335</b>	<b>342.220</b>	<b>188.848</b>	<b>165.691</b>
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	8.426	6.038	3.850	3.465
1.2) Outras receitas	304.848	282.920	183.899	158.853
1.2.1) Subvenção de Custeio	21.382	66.537	8.000	35.158
1.2.1.1) Licenciamento	190.018	180.388	99.408	100.756
1.2.2) Multas Ambientais	70.629	26.702	53.672	13.646
1.2.3) Taxa de Fiscalização Ambiental	22.819	9.293	22.819	9.293
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversões	4.061	5.541	1.099	3.373
1.4) Contingências Cíveis e Outras Provisões - Reversões	-	47.721	-	-
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>45.696</b>	<b>29.207</b>	<b>21.916</b>	<b>17.203</b>
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	17.741	17.547	8.840	9.344
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	9.991	7.261	5.179	3.688
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	-	-
2.4) Outras (Viagens / Seguros e outros)	8.024	4.399	3.452	2.857
2.5) Contingências Cíveis e Outras Provisões	9.940	-	4.446	1.314
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>271.639</b>	<b>313.014</b>	<b>166.932</b>	<b>148.488</b>
<b>4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>10.709</b>	<b>9.568</b>	<b>5.398</b>	<b>4.991</b>
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	<b>260.930</b>	<b>303.446</b>	<b>161.534</b>	<b>143.497</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>17.879</b>	<b>10.158</b>	<b>12.924</b>	<b>3.992</b>
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
6.2) Receitas financeiras	9.247	6.150	4.470	2.850
6.3) Outras	-	-	-	-
6.3.1) Convênios	8.105	2.346	7.736	1.486
6.3.2) Créditos e Estornos	527	1.662	718	(344)
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>278.809</b>	<b>313.604</b>	<b>174.457</b>	<b>147.489</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>278.809</b>	<b>313.604</b>	<b>174.457</b>	<b>147.490</b>
8.1) Remuneração Direta	223.347	224.281	117.573	113.653
8.1.4 - Provisões Trabalhistas	-	-	-	-
8.2) Impostos, taxas e contribuições	61.557	43.387	24.740	20.467
8.2.1 – Federais	61.068	42.851	24.716	20.420
8.2.2 – Estaduais	1	1	1	1
8.2.3 – Municipais	488	535	23	46
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	9.074	8.138	3.044	3.920
8.3.1 – Juros	6.246	6.094	1.507	2.857
8.3.2 – Aluguéis	2.828	2.044	1.536	1.063
8.3.3 – Outras	-	-	-	-
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	(15.169)	37.798	29.101	9.450
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-
8.4.2 – Dividendos	-	-	-	-
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(15.169)	37.798	29.101	9.450
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**INTERMEDIÁRIAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025**

(Valores expressos em milhares de reais)

## **1. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

### **1.1 Contexto Operacional**

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 – Alto de Pinheiros – São Paulo – SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9999% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16.

### **1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício**

#### **a) Dependência Econômica do Acionista Controlador**

A CETESB recebeu, a título de subvenção econômica, um repasse da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo no montante de R\$ 21.382 mil, registrado nas rubricas “Pessoal e Encargos Sociais” e “Custeio”. Esse valor representa 25,2% do total de R\$ 84.973 mil previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA – Lei Estadual nº 18.078 de 03/01/2025 e Decreto Estadual 69.319 de 22/01/2025), resultando em uma redução de 74,8% em relação à dotação inicialmente prevista para o primeiro semestre de 2025.

A liberação dessa subvenção ocorre de acordo com a previsão de fluxo de caixa da CETESB, visando garantir a sustentabilidade financeira da empresa e assegurar a continuidade das atividades operacionais. Dessa forma, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros estabelecidos para empresas estatais dependentes, mantendo-se entre os limites mínimo e máximo definidos pelo controlador.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***b) Mudança no Plano de Saúde**

A partir de 01.03.2025, o Plano de Assistência Médico e Hospitalar – PAMH, autogerido pela Companhia, foi substituído pelo Plano de Saúde Coletivo no padrão enfermaria, na modalidade coletiva empresarial, contributivo e de pré-pagamento mensal com coparticipação em exames simples e consultas, com todas as coberturas e especialidades previstas no rol de procedimentos vigentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. A Unimed Seguros é a operadora do novo benefício saúde ofertado. Com essa alteração a Companhia pretende estabilizar as despesas com assistência médica.

**c) Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias**

As demonstrações financeiras intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2025 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, em 26 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2025, respectivamente.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS****- Declaração de conformidade e base de preparação:**

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

**- Moeda funcional e de apresentação:**

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***- Fluxo de caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IA S 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB). Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes: Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento; Atividades de investimento referem -se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa; Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

**- Uso de estimativas e premissas contábeis:**

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias, assim, a Companhia revisa suas premissas e conseqüentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações financeiras intermediárias no segundo trimestre de 2025 foram:

**a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)**

Em consonância com o normativo contábil NBC TG 01 (R4), a Companhia estabelece procedimentos que assegurem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Para tanto, contratou empresa técnica especializada para prestação de serviços de avaliação patrimonial, para fins de atualização da conciliação físico/contábil dos bens tangíveis e intangíveis da CETESB. A referida empresa avaliou os ativos em consonância à NBC TG 01(R4) - Norma Brasileira de Contabilidade – Redução ao valor

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

recuperável de ativos e o método utilizado foi o Valor em Uso dos ativos por meio de Fluxo de Caixa Descontado. O parecer foi emitido em 15/04/2024 constatando que a Companhia não apresenta indício de perda do valor recuperável dos ativos, dispensando, assim, a necessidade de constituição de provisão por estimativa de perda de valor recuperável. Além disso, não foi identificado indicação de que algum Ativo ou grupo de Ativos da CETESB possa ter sofrido desvalorização em função de sua vida útil.

**b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos.**

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes – CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

**c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.**

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários cujos processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – Geral – NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são provisionados.

**d) Normas e interpretações novas e revisadas**

Até 30 de junho de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciaram as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente aos exercícios anteriores.

**a) Disponibilidades**

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 4).

**b) Estoques**

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da empresa, como, por exemplo, suportes de reagentes aos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

**c) Depósitos Judiciais e Recursais**

Depósitos recursais são descaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

**d) Imobilizado**

Até 31/12/2003, o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. Neste processo, a Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, foi contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4), quando há indícios de perda.

Em julho de 2025, a Companhia contratou uma empresa especializada para determinar a vida útil econômica remanescente e o valor residual de todos os bens do ativo imobilizado. O prazo para execução do serviço e emissão do laudo é de três meses. Até o encerramento do exercício, serão realizados os ajustes necessários para assegurar a conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

**e) Ativo Intangível**

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 10).

**f) Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 30 de junho de 2025 (nota explicativa nº 12).

**g) Contabilização dos Convênios**

A Companhia celebra “Convênios” com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas (nota explicativa nº 14).

**h) Contribuição Social**

A Companhia optou pela tributação com base no Lucro Real. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

**i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes**

São demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

**j) Instrumentos Financeiros**

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

**4. DISPONIBILIDADES**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado.

As aplicações financeiras vinculadas a convênios observam os mesmos procedimentos dos recursos próprios, todavia, são tratados separadamente porque estão vinculados aos chamados “convênios” (vide nota explicativa 14) e não podem ser aplicados na operação regular da Companhia.

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Bancos	1.364	1.787
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	<u>110.368</u>	<u>116.249</u>
Total Recursos Próprios	111.732	118.036
Aplicações Financeiras - Vinculadas a Convênios	<u>7.734</u>	<u>7.565</u>
<b>Total</b>	<b>119.466</b>	<b>125.601</b>

**5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS**

São os adiantamentos decorrentes de férias a usufruir no mês subsequente, adiantamento de 13º salário; assistência médica e viagens. Com relação ao adiantamento de assistência médica, vale ressaltar que até 28/02/2025 o plano de saúde que a CETESB oferecia aos seus empregados era administrado pela própria empresa, ou seja, os prestadores de serviços médicos eram contratados pela CETESB, que arcava com cerca de 85% das despesas. A parte dos empregados era contabilizada na rubrica de adiantamento de assistência médica e era reembolsada pelo empregado mediante parcelas mensais descontadas no salário. Ressalte-se que, em virtude de tratamentos contínuos e ininterruptos, haverá um período de coexistência temporária entre o plano anterior de autogestão e o novo plano assistencial contratado pela CETESB, assegurando a necessária continuidade assistencial aos empregados em tratamento. Para os adiantamentos que ultrapassassem o exercício corrente era constituída provisão para perdas de liquidação duvidosa baseado em dados estatísticos do IBGE, levando em consideração a expectativa de vida da população brasileira. Em 30/06/2025 a expectativa era de 76,8 anos. Com a migração para o novo plano, a dívida adquirida com o antigo plano será paga pelos empregados com saldos pendentes de acordo com os critérios estabelecidos.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<b>CIRCULANTE</b>		<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
	<b>30.06.2025</b>	<b>31.12.2024</b>	<b>30.06.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Adiantamento de Assistência Médica	1.227	1.870	16.709	14.867
Adiantamento de Férias	1.985	2.059	-	-
Adiantamento de 13º Salário	4.569	-	-	-
Diversos	-	147	-	-
Atualização Legal Assistência Médica	282	-	(13.773)	(11.999)
PCLD - Assistência Médica	-	-	(2.129)	(2.437)
<b>Total</b>	<b>8.063</b>	<b>4.076</b>	<b>807</b>	<b>431</b>

**6. IMPOSTOS A RECUPERAR**

**a) Circulante**

	<b>30.06.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Pasep	8	5
Cofins	35	21
CSLL	204	131
Antecipação de Contribuição Social	1.234	1.234
<b>Total</b>	<b>1.481</b>	<b>1.391</b>

**b) Não Circulante**

A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, conforme decisão proferida em seu favor junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Dessa forma, para todos os impostos retidos durante o exercício são feitos pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil, via PERDCOMP, após entrega da ECF – Escrituração Contábil Fiscal. A mesma prática é adotada para as Contribuições Sociais dos exercícios em que foram apuradas base negativa.

	<b>30.06.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Imposto de Renda - Exercícios Anteriores	738	940
CSLL - Exercícios Anteriores	616	946
CSLL Estimada	1.402	1.345
PCLD	(1.552)	(1.056)
<b>Total</b>	<b>1.204</b>	<b>2.175</b>

**7. PARCELAMENTOS A RECEBER**

São os créditos decorrentes de aplicação de multas ambientais, conforme a legislação vigente, em empresas e outras entidades que aderiram a um programa de parcelamento, e da prestação

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

de serviços diversos. No intuito de garantir a liquidez, estes recebíveis são avaliados trimestralmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, e, quando constatada inadimplência recorrente evidenciando baixa probabilidade de recebimento, a transferência dos valores do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda - PCLD. O critério adotado para constituição da provisão para perda são os títulos vencidos há mais de 6 meses. No decorrer do exercício é realizada uma projeção mensal da UFESP para o final do ano, de acordo com a evolução do índice IPC-Fipe, e os títulos em aberto são atualizados de acordo com essa projeção.

	<b>CIRCULANTE</b>		<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
	<b><u>30.06.2025</u></b>	<b><u>31.12.2024</u></b>	<b><u>30.06.2025</u></b>	<b><u>31.12.2024</u></b>
Multas Fontes Móveis	503	583	25.324	24.194
Multas Fontes Estacionárias	3.984	3.444	12.700	11.990
Multas Agenda Verde	1.989	1.815	2.407	2.867
Assistência Médica	153	191	2.398	2.308
Diversos	28	57	63	76
PCLD	(138)	(129)	(33.971)	(32.371)
Atualização Legal	-	-	1.053	2.218
<b>Total</b>	<b><u>6.519</u></b>	<b><u>5.961</u></b>	<b><u>9.974</u></b>	<b><u>11.282</u></b>

**8. VALORES A RECEBER – DÍVIDA ATIVA**

No segundo trimestre de 2025, a Companhia prosseguiu com as inscrições de multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa – SDA, administrado pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, apropriando no resultado somente quando a receita é classificada como provável, com perspectiva de recebimento praticamente certo.

Para os títulos a receber, registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, a Companhia constituiu provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa na ordem de 97%, independentemente do prazo de inscrição do título, em consonância a um estudo técnico baseado na análise da média histórica de recebimentos, tomando por base os três últimos exercícios. Esta metodologia foi aprovada na reunião nº 564 do dia 20/10/2021 do Conselho de Administração e é revisado anualmente pela área competente.

**a) Inscrições na Dívida Ativa - CIRCULANTE:**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Recebimentos com perspectiva de até 1 exercício social	26.766	27.877
Arrecadação de multas a repassar	-	114
PCLD (-)	<u>(25.866)</u>	<u>(27.040)</u>
<b>Total</b>	<b>900</b>	<b>951</b>

**b) Inscrições na Dívida Ativa – NÃO CIRCULANTE:**

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Recebimentos com perspectiva acima de 1 exercício social	790.021	783.716
PCLD (-)	(766.320)	(760.205)
Atualização Legal	16.699	36.469
PCLD (-)	<u>(16.198)</u>	<u>(35.375)</u>
<b>Total</b>	<b>24.202</b>	<b>24.605</b>

**c) Composição da PCLD – Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa**

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Multas Fontes Estacionárias	748.239	741.611
Multas Fontes Móveis	314	335
Multas Agenda Verde	<u>17.767</u>	<u>18.259</u>
<b>Total</b>	<b>766.320</b>	<b>760.205</b>

Com o intuito de aprimorar o critério de estabelecimento da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia vem envidando esforços, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, para analisar os processos de multas ambientais inscritos na dívida ativa do Estado, os quais totalizam aproximadamente 11.673 inscrições, até 30 de junho de 2025.

**9. IMOBILIZADO**

**a) Saldos Patrimoniais**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Depreciação		30.06.2025		31.12.2024		Líquido
	Taxa % a.a.	Custo	Deprec. Acumulada	Líquido	Custo	Deprec. Acumulada	
Terrenos		14.957	-	14.957	14.957	-	14.957
Edifícios e Instalações	1,82 a 2,86	76.822	(50.569)	26.253	76.600	(48.765)	27.835
Rede Telemétrica	10	2.233	(2.233)	-	2.233	(2.233)	-
Máquinas e Equipamentos	10	145.464	(90.793)	54.671	144.079	(86.001)	58.078
Móveis e Utensílios	10	6.118	(4.420)	1.698	5.759	(4.293)	1.466
Veículos e Embarcações	20 e 5	15.368	(12.409)	2.959	15.367	(11.842)	3.525
Microcomputadores/Periféricos	20	39.529	(23.845)	15.684	37.047	(21.538)	15.509
Benfeitorias em Prop.de 3º	20	38.581	(12.976)	25.605	37.890	(12.239)	25.651
Outras Imobilizações		1.018	(135)	883	1.016	(131)	885
Imobilizações em Andamento		6.104	-	6.104	7.792	-	7.792
<b>Total</b>		<b>346.194</b>	<b>(197.380)</b>	<b>148.814</b>	<b>342.740</b>	<b>(187.042)</b>	<b>155.698</b>

**b) Movimentação**

	31.12.2024	Aquisições	Baixas	Transferências	Baixas Depreciação	Ajustes	Depreciações	30.06.2025
Terrenos	14.957	-	-	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	27.835	92	-	129	-	(52)	(1.753)	26.251
Máquinas e Equipamentos	58.078	3.949	(68)	691	5	(3.184)	(4.798)	54.673
Móveis e Utensílios	1.466	201	-	12	-	146	(127)	1.698
Veículos e Embarcações	3.525	-	-	-	-	-	(566)	2.959
Microcomputadores/Periféricos	15.509	435	(37)	2.336	-	(245)	(2.312)	15.686
Benfeitorias em Prop.de 3º	25.651	2	(2)	692	-	(3)	(737)	25.603
Outras Imobilizações	885	2	-	-	-	-	(4)	883
Imobilizações em Andamento	7.792	2.330	-	(3.834)	-	(184)	-	6.104
<b>Total</b>	<b>155.698</b>	<b>7.011</b>	<b>(107)</b>	<b>26</b>	<b>5</b>	<b>(3.522)</b>	<b>(10.297)</b>	<b>148.814</b>

**c) Exercício Anterior**

	31.12.2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Baixas Depreciação	Ajustes	Depreciações	31.12.2024
Terrenos	14.957	-	-	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	30.050	82	(39)	1.366	39	-	(3.663)	27.835
Máquinas e Equipamentos	43.744	4.388	(1.531)	14.941	1.486	3.989	(8.939)	58.078
Móveis e Utensílios	924	744	(250)	32	243	30	(257)	1.466
Veículos e Embarcações	4.639	26	(67)	-	65	-	(1.138)	3.525
Microcomputadores/Periféricos	10.877	4.292	(1.921)	4.139	1.905	4	(3.787)	15.509
Benfeitorias em Prop.de 3º	25.629	48	(178)	1.476	93	-	(1.417)	25.651
Outras Imobilizações	890	2	-	-	-	-	(7)	885
Imobilizações em Andamento	22.998	7.028	-	(22.097)	-	(137)	-	7.792
<b>Total</b>	<b>154.708</b>	<b>16.610</b>	<b>(3.986)</b>	<b>(143)</b>	<b>3.831</b>	<b>3.886</b>	<b>(19.208)</b>	<b>155.698</b>

**10. INTANGÍVEL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Composto por licenças de softwares adquiridas para utilização da Companhia em suas atividades administrativas e operacionais, os saldos de intangível são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

**a) Saldos Patrimoniais**

	Amortização		30.06.2025		31.12.2024		Líquido
	Taxa % a.a.	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	
Software	20	13.144	12.453	691	13.144	12.041	1.103
<b>Total</b>		<b>13.144</b>	<b>12.453</b>	<b>691</b>	<b>13.144</b>	<b>12.041</b>	<b>1.103</b>

**b) Movimentação**

	31.12.2024	Aquisições	Baixas	Amortizações	30.06.2025
Software	1.103	-	-	(412)	691
<b>Total</b>	<b>1.103</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(412)</b>	<b>691</b>

**c) Exercício Anterior**

	31.12.2023	Aquisições	Baixas	Amortizações	31.12.2024
Software	1.925	-	-	(822)	1.103
<b>Total</b>	<b>1.925</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(822)</b>	<b>1.103</b>

**11. FORNECEDORES**

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia, bem como, pela aquisição de Imobilizado/Intangível. Os ativos imobilizados e intangíveis são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. Os principais contratos estão destacados no quadro abaixo:

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Serviços Assistência Médica	3.277	1.756
Pagamento de acordo trabalhista	2.326	-
Prestação de serviços diversos	2.098	2.157
Devolução de Taxas	1.799	495
Materiais de Laboratório	1.678	522
Serviços de Informática	735	615
Serviços de Limpeza	395	379
Energia Elétrica	274	166
Serviços de Segurança	209	219
Máquinas e Equipamentos	208	74
Serviços de Manutenção	184	338
Telefonia	168	159
Materiais Diversos	109	98
Água e Esgoto	99	96
<b>Total</b>	<b><u>13.559</u></b>	<b><u>7.074</u></b>

## 12. SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR

A Companhia efetua o pagamento dos salários dentro do próprio mês de competência. As férias, o 13º salário e a licença prêmio são provisionados com os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS). O PPR – Programa de Participação nos Resultados é provisionado com base na folha de pagamento do mês de dezembro do ano anterior.

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Salários	293	165
Prov.Férias e Encargos Sociais	47.648	48.381
Prov.13º Sal e Encargos Sociais	11.359	-
Prov. Licença Prêmio	6	91
Prov. Plano Demissão Incentiv.	42	51
Prov. Progr. Partic. Resultados	13.039	21.114
<b>Total</b>	<b><u>72.387</u></b>	<b><u>69.802</u></b>

## 13. IMPOSTOS, ENCARGOS SOCIAIS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<b>CIRCULANTE</b>		<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
	<b><u>30.06.2025</u></b>	<b><u>31.12.2024</u></b>	<b><u>30.06.2025</u></b>	<b><u>31.12.2024</u></b>
Parcelamento Contribuições Previdenciárias	7.027	6.402	24.328	27.938
INSS sobre Folha de Pagamento	8.039	8.498	-	-
Imposto de Renda sobre Folha de Pagamento	4.936	9.801	-	-
Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço	2.126	3.503	-	-
Impostos e Contribuições de Terceiros	2.543	3.899	-	-
Fundo Nacional de Desenv da Educação	640	682	-	-
<b>Total</b>	<b><u>25.311</u></b>	<b><u>32.785</u></b>	<b><u>24.328</u></b>	<b><u>27.938</u></b>

#### 14. ADIANTAMENTOS DE CONVÊNIOS

A Companhia celebrou vários instrumentos que foram agrupados e chamados de “convênios”. Dentre eles encontram-se: Termos de Convênios, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Termos de Compensação Ambiental, Instrumentos de Acordos decorrentes de sentenças judiciais, Termos de Doação, Termos de Colaboração e outros. Cada convênio tem suas cláusulas, tais como: objetivo, plano de trabalho, cronograma, valor, prazo e outras. A maior parte deles foi celebrada com o FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos que tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos no Estado de São Paulo e com a SABESP, que constitui na cooperação e integração técnica entre as companhias para realizar o monitoramento da qualidade do ar em função do teste de oxigenação no Rio Pinheiros. Na tabela abaixo foram detalhados os valores recebidos antecipadamente para o desenvolvimento de projetos e estão sujeitos a aprovação final, após análise das prestações de contas.

	<b>CIRCULANTE</b>		<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
	<b><u>30.06.2025</u></b>	<b><u>31.12.2024</u></b>	<b><u>30.06.2025</u></b>	<b><u>31.12.2024</u></b>
FEHIDRO	3.903	2.070	1.309	3.086
COSAN	76	72	-	-
PETROBRAS	17	20	123	142
CERJU	367	345	935	878
SABESP	766	727	-	-
LATU URUGUAI	238	224	-	-
<b>Total</b>	<b><u>5.367</u></b>	<b><u>3.458</u></b>	<b><u>2.367</u></b>	<b><u>4.106</u></b>

#### 15. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

Com base na análise e classificação dos processos ajuizados contra a Companhia, suportadas por opinião de seu Departamento Jurídico, foram constituídas provisões de naturezas

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

trabalhistas, cíveis e fiscais no Passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis:

Contingências	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Trabalhistas	16.564	17.254	2.055	2.230
Cíveis	4.690	2.537	11.437	9.278
Fiscais:				
Autos Infrações 2009	-	-	22.988	22.363
<b>Total</b>	<b><u>21.254</u></b>	<b><u>19.791</u></b>	<b><u>36.480</u></b>	<b><u>33.871</u></b>

O montante em 30/06/2025, registrado em Depósitos Judiciais (Ativo não Circulante) efetuados para contingências trabalhistas e cíveis é de R\$ 10.631 (R\$ 12.874 em 31/12/2024).

A movimentação das provisões no segundo trimestre de 2025 está demonstrada a seguir:

Ações	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>19.483</b>	<b>11.815</b>	<b>22.363</b>
Adições	4.462	5.531	625
Reversões (-)	(1.766)	(79)	-
Baixas (-)	(3.560)	(1.140)	-
<b>Saldo em 30/06/2025</b>	<b><u>18.619</u></b>	<b><u>16.127</u></b>	<b><u>22.988</u></b>

### 15.1) Natureza das contingências

#### a) Provisão para Contingências Trabalhistas.

Consiste, principalmente em ações decorrentes de Dissídio Coletivo, de reclamações de ex-empregados reivindicando a reintegração ao emprego, com o pagamento dos salários vencidos no período de afastamento e de diferenças de verbas rescisórias.

#### b) Provisão para Contingências Cíveis

Consiste, principalmente, de ações com características próprias, sendo, em sua grande maioria, mandados de segurança, contra a aplicação das fórmulas para cálculo do preço das licenças ambientais decorrentes da Decisão de Diretoria nº 315/2015/C e dos Decretos Estaduais nº 62.973/2017 e nº 64.512/2019, em que há a possibilidade de desembolso indireto pela devolução de valores pagos no âmbito dos processos relativos às emissões de licenças. Quanto aos processos impetrados por Fiesp/Ciesp, em relação a legalidade dos decretos retromencionados, foram protocoladas petições conjuntas das entidades e da CETESB, suspendendo seus andamentos, com vistas a um possível acordo.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

As adições no provisionamento (R\$ 5.531) das datas base de 31/03/2025 para 30/06/2025 decorreram de mudanças na percepção de risco, especialmente de 3 (três) processos com decisões judiciais desfavoráveis à CETESB:

- Procedimento Comum Cível 1002777-35.2021.8.26.0347;
- Procedimento Comum Cível nº 1001021-05.2021.8.26.0019; e
- Procedimento Comum Cível nº 1003263-10.2021.8.26.0318

**c) Provisão para Contingências Fiscais****c.1) Exercício de 2009**

Em 2014, a Receita Federal do Brasil constituiu crédito tributário de R\$ 36.587 referente a contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) relativas à 2009. O montante atualizado em 30/06/2025 é de R\$ 76.416, classificado pelo Departamento Jurídico da seguinte forma: R\$ 22.988, como perda provável e R\$ 53.428 como perda possível. O referido crédito tributário encontra-se em execução fiscal, processo nº 0033927-88.2015.403.6182 e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB. O Seguro Garantia poderá ser alterado conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

**c.2) Exercício de 2013**

Em 2018, a Receita Federal do Brasil emitiu Auto de Infração contra a CETESB, relativo à CSLL do exercício de 2013, no montante de R\$ 26.249. A Companhia ingressou com impugnação ao Auto de Infração na esfera administrativa, questionando o valor arbitrado da contribuição, composto por: montante principal de R\$ 6.571 e multa de R\$ 19.678. Nos termos do Acórdão nº 16-86.301, proferido em 14/03/2019 a impugnação foi julgada procedente em parte, mantendo o crédito tributário no valor originário de R\$ 3.548, cujo valor atualizado em 30/06/2025 é de R\$ 7.112. A Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e aguarda julgamento. Em 30/06/2025, o Departamento Jurídico da CETESB manteve a classificação desse processo como “perda possível”.

**c.3) Exercícios de 2016 e 2017**

Em 13.01.2021, a Receita Federal analisou a documentação referente ao cumprimento das obrigações principais e acessórias pertinentes à contribuição ao Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (“PIS/PASEP”), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) do período de apuração de 01/01/2016 a 31/12/2017. Após análise, instaurou um Processo que culminou no Auto de Infração em relação à CSLL constituindo um crédito tributário no valor de

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

R\$ 4.543, em relação à PIS/PASEP e COFINS instaurou outro Processo, culminado na lavratura dos Autos de Infração e a constituição de crédito tributário no valor de R\$ 3.582 e R\$ 16.531, respectivamente. As autuações totalizaram R\$ 24.656, cujo valor atualizado em 30/06/2025 é de R\$ 33.222. As autuações foram recebidas pela CETESB em 14/01/2021. Em 15/02/2021, foram apresentadas tempestivamente suas impugnações. As autuações estão em fase extrajudicial aguardando decisões de primeira instância que poderão ser objeto de recurso voluntário ao CARF. Há questionamento expresso sobre a base de cálculo das autuações, além da discussão judicial em paralelo sobre o regime de apuração e a composição da base de cálculo para a incidência do PIS/COFINS. Desta forma, a análise do Departamento Jurídico é que tais autuações devem ser classificadas como “perda possível”.

**d) Divulgação de Processos classificados como Perda Possível**

	<u><b>30.06.2025</b></u>	<u><b>31.12.2024</b></u>
Trabalhistas	12.653	13.663
Cíveis	167.015	165.641
Fiscais:		
Autos Infrações - 2009 (1)	53.428	51.995
Auto Infração - 2013 (2)	7.112	6.853
Autos Infrações - 2016/17 (3)	<u>34.222</u>	<u>32.901</u>
<b>Total</b>	<b><u>274.430</u></b>	<b><u>271.053</u></b>

- 1) Receita Federal - Autos de infrações, relativos ao exercício de 2009, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. Ação judicial em curso mediante seguro garantia.
- 2) Receita Federal – Auto de Infração, relativo ao exercício de 2013, pelo não recolhimento da CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.
- 3) Receita Federal – Autos de Infrações, relativos aos exercícios de 2016 e 2017, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

**16. PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

Em outubro de 2020, a CETESB contratou a Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil, para identificar oportunidades de compensação de contribuições previdenciárias recolhidas em exercícios anteriores com base em interpretação da legislação então vigente. Esse levantamento julgou que o valor de R\$ 59.265 teria sido recolhido a maior nos últimos 5 anos anteriores à 2020. A CETESB optou por fazer a compensação mensal desse

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor pago a maior no recolhimento do INSS patronal, abatendo do mesmo, R\$ 264, R\$ 29.582 e R\$ 29.419 dos recolhimentos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, por meio de PERDCOMP. A Administração da CETESB, baseada na análise de seus consultores jurídicos, avaliou os riscos desse procedimento e decidiu fazer o provisionamento dos valores compensados atualizados, enquanto aguarda a homologação do processo de compensação na Receita Federal do Brasil. Em 25/07/2024 a Receita Federal emitiu 35 Despachos Decisórios, indeferindo parcialmente os valores compensados pela CETESB durante o exercício de 2021, referente ao período de 2016 a 2017, no valor atualizado de R\$ 22.237. Em 01 de novembro de 2024 a Companhia teve ciência da cobrança em conta corrente e o valor atualizado com multa e juros ficou na ordem de R\$ 34.922. Na 609ª reunião do Conselho de Administração do dia 05/12/2024, os Conselheiros aprovaram o parcelamento da dívida, sendo a primeira parcela paga em 20/12/2024. O valor de R\$ 30.474 foi revertido da provisão efetuada para essa finalidade. Em 30/06/2025 o saldo remanescente atualizado é de R\$ 63.153. (R\$ 59.710 em 31/12/2024). A variação do exercício de R\$ 3.442 foi contabilizada na rubrica Atualização Legal Contribuições Previdenciárias, demonstrada na nota explicativa nº 21.

Em 09 de setembro de 2025, a CETESB tomou ciência de oito Despachos Decisórios da Receita Federal, que indeferiram parcialmente compensações de créditos previdenciários referentes aos períodos de janeiro/2016 e janeiro a julho/2018, no valor atualizado de R\$ 9.795, já considerados na provisão para contingências previdenciárias. A Companhia está dentro do prazo legal de 30 dias e apresentará manifestação de inconformidade em âmbito administrativo.

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- a) **Capital Social:** o capital social está representado por 5.679.218.530 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante de R\$ 170.377 em 30/06/2025 (R\$ 170.377 em 31/12/2024), sendo 99,9999% pertencente à Fazenda do Estado de São Paulo e, 0,0001% de ações em tesouraria.
- b) **Reservas de Reavaliação:** A Companhia realizou no exercício de 2003, a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No segundo trimestre de 2025 houve a realização do montante de R\$ 141, correspondente à depreciação calculada e reconhecida no resultado, sobre os bens reavaliados. Desta forma o saldo das Reservas de Reavaliação é de R\$ 18.573 (R\$ 18.714 em 31/12/2024);
- c) **Prejuízos Acumulados:** Compreende o prejuízo apurado no segundo trimestre de 2025 no valor de (R\$ 15.169) mais a reserva de reavaliação R\$ 156, a reversão da provisão da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para o exercício de 2024, no valor de R\$ 1.234

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

devido à apuração de base negativa, e o prejuízo acumulado do exercício anterior no montante de (R\$ 91.422), totalizando o montante de (R\$ 105.201).

**d) Antecipação de Dividendos:** A Assembleia Geral Ordinária de 25/04/22 aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 63.877, relativos ao exercício de 2021, pagos em 20 de maio de 2022. Como a Companhia reapresentou suas demonstrações financeiras de 2020 e 2021, com o objetivo de retificar alguns registros contábeis dos exercícios supracitados, os dividendos relativos ao exercício de 2021, foram distribuídos por um valor a maior de 7.133, conforme demonstrativo abaixo:

<b>Distribuição de Dividendos - Exercício 2021</b>	<b><u>Original</u></b>	<b><u>Reapresentado</u></b>
Lucro Líquido do Exercício	67.239	59.730
Apropriação à Reserva Legal - 5%	(3.362)	(2.987)
Reservas de Lucros	63.877	56.744
Dividendos obrigatórios - 25%	(15.969)	(14.186)
Reservas de Lucros a realizar	47.908	42.558

**18. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

No quadro a seguir, a CETESB demonstra, em detalhes, a composição de suas receitas operacionais líquidas, sendo que merecem destaque: a subvenção econômica, as receitas obtidas com o sistema de licenciamento ambiental e as receitas auferidas com o recebimento de multas ambientais.

De imediato, deve ser ressaltada a importância da receita “Subvenção Econômica”, que até 30/06/2025 representou 7,08% do montante das receitas líquidas. A Companhia, na condição de “empresa dependente”, consoante o inciso III do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), recebeu do Governo do Estado de São Paulo a subvenção econômica estabelecida pela Lei Estadual nº 18.078 de 03/01/2025 (lei orçamentária anual), na importância de R\$ 21.382 dos R\$ 84.973 previstos. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das cotas fixadas no Decreto Estadual nº 69.319, de 22/01/2025 (decreto de execução orçamentária).

Outra receita de grande importância é a obtida com o licenciamento ambiental, a atividade de maior relevância para a CETESB em termos de “controle preventivo da poluição”. Os preços cobrados pelas licenças ambientais emitidas estão regulamentados pelo Decreto Estadual nº 8.468, de 08/09/1976 e suas alterações, sendo, as mais recentes, pelo Decreto Estadual nº 62.973, de 28/11/2017 e Decreto Estadual nº 64.512, de 03/10/2019. O reconhecimento contábil,

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das licenças ambientais, vez que, segundo a legislação vigente, somente devem ser efetuados “à vista”.

Ainda com relação ao licenciamento ambiental, há que se ressaltar a atividade de “controle corretivo da poluição”, representado pela aplicação de multas ambientais aos que desrespeitam a legislação acima mencionada, dentre outras. Os ingressos de recursos decorrentes do recebimento de multas ambientais também foram reconhecidos contabilmente somente quando de seu efetivo recebimento, consoante CPC-00-Estrutura Conceitual.

	<u>30.06.2025</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>2º Tri 25</u>	<u>2º Tri 24</u>
<b>Subvenção Econômica</b>	<b>21.382</b>	<b>66.537</b>	<b>8.000</b>	<b>35.158</b>
<b>Exercício de Poder de Polícia</b>				
Licenciamento	195.454	183.426	102.076	102.184
Multas Ambientais	70.629	26.702	53.672	13.646
Taxa de Fiscalização Ambiental	22.819	9.293	22.819	9.293
<b>Subtotal</b>	<b>288.902</b>	<b>219.421</b>	<b>178.567</b>	<b>125.123</b>
<b>Venda de Serviços/Produtos</b>				
Certificação Veículos/Motocicletas	6.719	4.214	2.889	2.340
Fehidro Agente Técnico	0	45	0	29
Emissão de Certidões	643	701	274	409
FECOP	76	171	46	139
Cursos	584	519	434	387
Análises Laboratoriais	329	355	151	144
Demais Receitas	75	36	56	19
<b>Subtotal</b>	<b>8.426</b>	<b>6.041</b>	<b>3.850</b>	<b>3.467</b>
<b>Deduções</b>				
PASEP/COFINS	(10.652)	(8.119)	(6.559)	(4.641)
ISS/ICMS	(389)	(262)	(178)	(149)
Cancelamento Vendas/Serviços	(44)	(4)	(24)	(4)
Devoluções Licenciamento	(5.374)	(2.370)	(2.642)	(1.337)
Cancel. de Multas Ambientais	(18)	(659)	(2)	(83)
<b>Subtotal</b>	<b>(16.477)</b>	<b>(11.414)</b>	<b>(9.405)</b>	<b>(6.214)</b>
<b>Total</b>	<b>302.233</b>	<b>280.585</b>	<b>181.012</b>	<b>157.534</b>

**19. CUSTOS E DESPESAS**

**a) Custos**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**Custo dos Serv. e Produtos Vendidos e Subvencionados**

	<b><u>30.06.2025</u></b>	<b><u>30.06.2024</u></b>	<b><u>2º Tri 2025</u></b>	<b><u>2º Tri 2024</u></b>
Pessoal e Reflexos	180.724	178.994	90.555	89.320
Remuneração Diretoria	491	707	225	373
Assistência Médica	14.097	9.668	6.629	4.887
Materiais	3.889	3.463	1.786	2.117
Serviços de Terceiros	11.563	9.981	5.945	5.023
Viagens	1.156	957	674	650
Aluguéis	1.995	449	1.231	232
Utilidades	2.289	1.822	1.109	956
Imp/Taxas e Contribuições	139	435	9	21
Depreciações/Amortizações	7.242	6.744	3.640	3.489
Demais Despesas	1.099	2.466	673	1.341
<b>Total</b>	<b><u>224.684</u></b>	<b><u>215.686</u></b>	<b><u>112.476</u></b>	<b><u>108.409</u></b>

**b) Despesas**

**Despesas Gerais e Administrativas**

	<b><u>30.06.2025</u></b>	<b><u>30.06.2024</u></b>	<b><u>2º Tri 2025</u></b>	<b><u>2º Tri 2024</u></b>
Pessoal e Reflexos	58.979	50.393	29.548	25.523
Pessoal Afastamento SEMIL	10.077	12.119	4.483	5.927
Pessoal Afastamento Fund Florestal	577	556	236	300
Remuneração Diretoria	416	403	208	204
Assistência Médica	7.967	5.915	3.621	3.384
Remuneração Órgãos Estatutários	1.169	1.177	591	588
Recup. Pessoal Afastamento Outros Órgãos	(168)	(131)	(92)	(57)
Materiais	1.718	1.213	724	527
Serviços de Terceiros	6.708	4.711	4.590	3.397
Servs. Prestados Partes Relacionadas	399	414	(575)	28
Viagens	303	386	220	236
Aluguéis	833	1.592	305	830
Utilidades	1.565	1.336	740	737
Seguros	245	274	114	145
Imp/Taxas e Contribuições	348	100	4	25
Depreciações/Amortizações	3.467	2.823	1.758	2.577
Baixas com venda de imobilizados	-	(1.165)	-	(1.078)
Demais Despesas	3.820	2.308	981	(425)
<b>Total</b>	<b><u>98.423</u></b>	<b><u>84.424</u></b>	<b><u>47.456</u></b>	<b><u>42.868</u></b>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	<u>30.06.2025</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>2º Tri 2025</u>	<u>2º Tri 2024</u>
Recuperação Desp. de Convênios	8.105	2.344	7.736	1.485
Outras Recuperações	137	87	64	46
Prov. e Reversões de Contingências				
Trabalhistas/Cíveis	(8.148)	49.953	(4.007)	(698)
Outras Provisões e Reversões	(1.792)	(2.232)	(438)	(617)
Outras Despesas e Receitas	390	1.576	654	(388)
<b>Total</b>	<b>(1.308)</b>	<b>51.728</b>	<b>4.009</b>	<b>(172)</b>

**21. ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS**

	<u>30.06.2025</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>2º Tri 2025</u>	<u>2º Tri 2024</u>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Atualização Legal PGE	501	465	169	171
Atualização Legal Outros	1.553	3.013	554	1.330
Rendimentos Corretora	925	1.062	370	379
Rendimentos Aplicação Financeira	5.953	1.314	3.278	727
Outras Receitas Financeiras	316	294	99	242
<b>Total</b>	<b>9.248</b>	<b>6.148</b>	<b>4.470</b>	<b>2.849</b>
<b>(-) Despesas Financeiras</b>				
Despesas Bancárias	(98)	(259)	12	(126)
Atualização Legal	(2.500)	(1.558)	(179)	(476)
Atualização Cont. Previdenciárias	(3.442)	(4.213)	(1.232)	(2.245)
Juros Parcelamento INSS	(123)	-	(88)	-
Outras Despesas Financeiras	(84)	(64)	(22)	(10)
<b>Total</b>	<b>(6.247)</b>	<b>(6.094)</b>	<b>(1.509)</b>	<b>(2.857)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>3.001</b>	<b>54</b>	<b>2.961</b>	<b>(8)</b>

**22. COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

**23. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16

**a) Remuneração dos Administradores**

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, pela Deliberação nº 1, de 15/03/2024, com vigência a partir de 11/02/2023, aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 24/04/2024.

**b) Transações com Entidades Estaduais****I) Serviços contratados**

Em 30 de junho de 2025 e 2024, a Companhia possuía em aberto o montante de R\$ 399 e R\$ 414 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica “Serviços Prestados Partes Relacionadas” no grupo “Despesas Gerais e Administrativas” (nota explicativa 19):

<b>Empresas</b>	<b>30.06.2025</b>	<b>30.06.2024</b>
SABESP	301	247
PRODESP	98	167
<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>414</b>

**II) Serviços prestados**

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou no segundo trimestre de 2025 e 2024 com as partes relacionadas, o montante de R\$ 3.883 e R\$ 3.715, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de curso, serviços e produtos.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

<b>Empresas</b>	<b>30.06.2025</b>	<b>30.06.2024</b>
SABESP	3.607	3.586
DER	252	43
METRO	19	79
IPT	3	-
SAP	2	-
EMAE	-	3
CDHU	-	1
CPTM	-	1
EMTU	-	2
<b>Total</b>	<b>3.883</b>	<b>3.715</b>

A contabilização dos gastos e custeio da Companhia em relação aos empregados afastados junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL e Fundação Florestal-FF foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566ª reunião, realizada em 15/12/2021. No demonstrativo abaixo estão detalhadas as despesas referentes ao segundo trimestre de 2025.

**Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)**  
**30.06.2025** **30.06.2024**

<b>Natureza da transação</b>	<b>Receita</b>	<b>Custos/ desp.</b>	<b>Ressarc. despesa</b>	<b>Total</b>	<b>Receita</b>	<b>Custos/ desp.</b>	<b>Ressarc. despesa</b>	<b>Total</b>
Cessão de empregados	-	8.897	-	8.897	-	11.232	-	11.232
Benef. a empregados	-	1.180	-	1.180	-	887	-	887
Telefone	-	110	-	110	-	111	-	111
Aprop. Depreciação	-	126	-	126	-	92	-	92
Energia Elétrica	-	244	-	244	-	139	-	139
Água/Esgoto	-	134	-	134	-	72	-	72
IPTU	-	-	-	-	-	6	-	6
Serv. Terceiros	-	840	-	840	-	517	-	517
<b>TOTAL</b>		<b>11.531</b>		<b>11.531</b>		<b>13.056</b>		<b>13.056</b>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)**  
**2º Trimestre 2025** **2º Trimestre 2024**

Natureza da transação	Receita	Custos/ desp.	Ressarc. despesa	Total	Receita	Custos/ desp.	Ressarc. despesa	Total
Cessão de empregados	-	3.868	-	3.868	-	5.474	-	5.474
Benefícios a empregad	-	617	-	617	-	453	-	453
Telefone	-	46	-	46	-	69	-	69
Aprop.Depreciação	-	63	-	63	-	46	-	46
Energia Eletrica	-	94	-	94	-	79	-	79
Água/Esgoto	-	73	-	73	-	37	-	37
IPTU	-	-	-	-	-	6	-	6
Serv. Terceiros	-	414	-	414	-	246	-	246
<b>TOTAL</b>		<b>5.175</b>		<b>5.175</b>		<b>6.410</b>		<b>6.410</b>

**Fundação Florestal**  
**30.06.2025**

**30.06.2024**

Natureza da transação	Receita	Custos/ desp.	Ressarc. despesa	Total	Receita	Custos/ desp.	Ressarc. despesa	Total
Cessão de empregados	-	553	-	553	-	378	-	378
Benef. a empregados	-	24	-	24	-	179	-	179
Telefone	-	44	-	44	-	44	-	44
Aprop.Depreciação	-	50	-	50	-	37	-	37
Energia Eletrica	-	97	-	97	-	55	-	55
Água/Esgoto	-	54	-	54	-	29	-	29
IPTU	-	-	-	-	-	3	-	3
Serv. Terceiros	-	336	-	336	-	207	-	207
<b>TOTAL</b>		<b>1.158</b>		<b>1.158</b>		<b>932</b>		<b>932</b>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Natureza da transação	Fundação Florestal				2º Trimestre 2024			
	2º Trimestre 2025	2º Trimestre 2025		2º Trimestre 2024		2º Trimestre 2024		
Receita	Custos/ desp.	Ressarc. despesa	Total	Receita	Custos/ desp.	Ressarc. despesa	Total	
Cessão de empregados	-	224	-	224	-	198	-	198
Benefícios a empregadoc	-	12	-	12	-	103	-	103
Telefone	-	18	-	18	-	27	-	27
Aprop.Depreciação	-	25	-	25	-	18	-	18
Energia Eletrica	-	38	-	38	-	32	-	32
Água/Esgoto	-	29	-	29	-	15	-	15
IPTU	-	-	-	-	-	3	-	3
Serv. Terceiros	-	166	-	166	-	98	-	98
<b>TOTAL</b>		<b>512</b>		<b>512</b>		<b>494</b>		<b>494</b>

**c) Afastamento de Empregados**

Em 30 de junho de 2025, a CETESB possuía 51 empregados afastados à SEMIL e 02 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica “Pessoal Afastamentos SEMIL e Fundação Florestal”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, pelo montante de R\$ 10.077 e R\$ 577 respectivamente, demonstradas na nota explicativa 19.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica “Recuperação de Despesas – Afastamento de Empregados”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, pelo montante de R\$ 168 e (R\$ 131 em 30/06/2024), demonstradas na nota explicativa nº 19

**d) Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas**

Em 07 de outubro de 2023, foi firmado o Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas número 01/2023/CETESB, registro número 084677/2023-54, pelos representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF). O presente termo estabelece a utilização compartilhada dos imóveis da CETESB pelos órgãos citados, bem como o rateio das despesas comuns relacionadas à

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

manutenção funcional dos imóveis (aluguel, condomínio, água, luz, telefone, limpeza, segurança, portaria, recepção, materiais de consumo), utilidades públicas, serviços comuns e despesas gerais.

O critério adotado para o rateio foi a fração de ocupação de área fixada para cada órgão participante, sendo de 76,28% da CETESB, 18,34% da SEMIL e 5,38% da Fundação Florestal. O presente termo foi firmado por prazo indeterminado e os valores serão cobrados no mês subsequente ao término de cada trimestre anual, mediante a prestação de contas apurada pelo órgão gestor (CETESB).

**c) Utilização de Imóveis**

A SEMIL – Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Fundação Florestal ocupam cerca de 23,72% da área do imóvel da sede da CETESB.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Agência Ambiental</b>	<b>Cedente</b>	<b>Início</b>	<b>Vencimento</b>
ABC I	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
ABC II	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SEMIL		Indeterminado
Atibaia	Prefeitura	2018	06/12/2038
Avaré	SEMIL	2001	Indeterminado
Barretos	Prefeitura	2018	19/02/2028
Bauru	SP+Perto		Indeterminado
Botucatu	Prefeitura	2018	20/12/2048
Campinas	Secret. Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Capão Bonito	Prefeitura	2008	02/08/2025
Dracena	Secret. Agricultura e Abastecimento	2024	Indeterminado
Embu das Artes	SEMIL		
Itapetininga	DER	2014	Indeterminado
Jabotical	Prefeitura	2013	07/07/2031
Jales	Prefeitura	2008	Indeterminado
Jundiai	DER	2003	Indeterminado
Limeira	Prefeitura	2011	07/11/2026
Marília	Secret. Agricultura e Abastecimento	2000	Indeterminado
Mogi Guaçu	Prefeitura	2019	11/03/2029
Osasco	Semil		
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Piracicaba	Detran	2023	01/05/2028
Registro	Projeto SP+Perto	2012	Indeterminado
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Indeterminado
Santo Amaro	Semil		
São Carlos	Secret. Agricultura e Abastecimento	2008	Indeterminado
São João da Boa Vista	Prefeitura	2020	16/09/2050
São José do Rio Preto	DER	2006	07/07/2025
São José dos Campos	Prefeitura	2017	
Sorocaba	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Tatuapé	SEMIL	2017	25/10/2038
Taubaté	DAEE	2005	Indeterminado

## **24. REMUNERAÇÕES PAGAS AOS ADMINISTRADORES**

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, com os montantes dos exercícios registrados nas rubricas “Remuneração de Diretoria” e “Remuneração de Órgãos

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025**  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Estatutários”, conforme demonstrado abaixo, foram registrados no grupo “despesas gerais e administrativas” (nota explicativa nº 19).

	<b>Valores</b>		<b>Número de Membros</b>			
	<b>30.06.2025</b>	<b>30.06.2024</b>	<b>2º Tri 2025</b>	<b>2º Tri 2024</b>	<b>30.06.2025</b>	<b>30.06.2024</b>
Conselho de Administração	582	586	296	290	11	11
Comitê de Auditoria (*)	387	387	194	194	3	3
Conselho Fiscal	200	204	101	105	5	5
Diretoria	907	1.110	433	579	5	5
<b>Total</b>	<b>2.076</b>	<b>2.287</b>	<b>1.024</b>	<b>1.168</b>	<b>24</b>	<b>24</b>

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata *temporis*, no mês de dezembro de cada ano.

(\*) Conforme estatuto da Companhia, integrará o Conselho de Administração o(a) Diretor(a)-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

---

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

Ilmos. Srs.  
Administradores e Acionistas da  
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, os resultados abrangentes, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as respectivas notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) - Demonstração Intermediária e a Norma Internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria. Consequentemente, essa revisão não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as demonstrações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de Informações Intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Ênfase

### Contingências Tributárias

Conforme nota explicativa nº 15-“c”, tramitam na esfera judicial, recursos inerentes a contingências fiscais no montante de R\$ 117.751 mil em que a Companhia mantém discussão para o não pagamento de autos de infrações: a) Lavrados pela Secretaria da Receita Federal, nos exercícios de 2009, 2016 e 2017, relativos a contribuições do Pasep e Cofins, as quais não estão provisionadas contabilmente, pelo fato de que ainda não houve julgamento do processo; b) Da mesma forma, para CSLL, dos exercícios de 2009, 2013, 2016 e 2017, ambos efetivados através de Notificação Fiscal. Com base no parecer dos assessores jurídicos, que classificaram os processos como sendo de perda possível, a administração decidiu que os efeitos tributários decorrentes deste procedimento não fossem reconhecidos contabilmente. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

### Reemissão do Relatório - Evento Subsequente

Sem prejuízo à nossa conclusão expressa acima, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 16, dessas as demonstrações intermediárias, onde em 09 de setembro de 2025 a CETESB, tomou ciência do despacho decisório da Receita Federal do Brasil indeferindo o uso dos créditos previdenciários referentes ao período de janeiro de 2016 e janeiro de 2018 a julho de 2018, em que a Companhia pleiteia utilização. O valor encontra-se provisionado e atualizado como contingências previdenciárias pelo valor de R\$ 9.795 mil. A Companhia pretende recorrer da decisão dentro do prazo de manifestação. Fatos ocorridos após 04 de agosto de 2025, que deram causa a reemissão deste relatório de auditoria. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Nosso relatório original foi datado de 04 de agosto de 2025, em com exceção da questão tratada na nota explicativa nº 16, acima reproduzida, não realizamos procedimentos adicionais de auditoria após aquela data. Este relatório é, portanto, datado de 30 de setembro de 2025 unicamente com relação ao evento descrito na nota explicativa supracitada.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Informações comparativas

Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 14 de março de 2025, sem modificação e com ênfase quanto ao Programa de Demissão Incentivada - PDI, a provisão para contribuições previdenciárias e quanto à dependência econômica do acionista controlador. As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 30 de junho de 2024 anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 23 de agosto de 2024, sem modificação e ênfase quanto à dependência econômica com o acionista controlador, o Estado de São Paulo.

São Paulo, 04 de agosto de 2025.  
(exceto quanto aos eventos subsequentes descritos na nota explicativa nº 16, relatados no parágrafo de ênfase), cuja data é 30 de setembro de 2025.

**ROBERTO  
CALDAS  
BIANCHESSI:**  
**38051745000**

Assinado de forma  
digital por ROBERTO  
CALDAS  
BIANCHESSI:3805174  
5000  
Dados: 2025.09.30  
10:18:11 -03'00'

